



DOI: <https://doi.org/10.58871/conimaps2025.c87>

**PREVALÊNCIA DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA EM PERNAMBUCO,
NORDESTE DO BRASIL**

**PREVALENCE OF ADOLESCENT PREGNANCY IN PERNAMBUCO,
NORTHEAST BRAZIL**

ANNY GABRIELLY RIBEIRO MONTEIRO

Graduanda de Enfermagem da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde

MARIA RITA PESSOA DO NASCIMENTO

Graduanda de Enfermagem da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde

FERNANDA VITÓRIA ANDRADE ALMEIDA

Graduanda de Enfermagem da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde

JACQUELINE MELO DA SILVA

Graduanda de Enfermagem da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde

ANALICE ALVES ALBUQUERQUE MARANHÃO

Graduanda de Enfermagem da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde

MARIA LETÍCIA SILVA LOPES

Graduanda de Enfermagem da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde

FERNANDO CARLOS DE MELO LEITE JUNIOR

Especialista em Biologia Geral na Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde

ELISÂNGELA DE SOUSA BRANCO

Doutora da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde e

Doutora da Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns

RESUMO

Introdução: A gravidez na adolescência configura-se como um relevante problema de saúde pública no Brasil, especialmente na Região Nordeste, onde se associam fatores como vulnerabilidade social, baixa escolaridade e fragilidade no acesso a serviços de saúde e planejamento reprodutivo. **Objetivo:** o presente estudo, de caráter quantitativo e retrospectivo, utilizou dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) referentes ao ano de 2024 em Pernambuco, com foco em adolescentes de 15 a 19 anos. Foram analisadas variáveis como escolaridade e estado civil. **Resultados e discussão:** foram registrados 13.480 casos de gestação nessa faixa etária, representando 16,4% do total nordestino, com maior prevalência em abril. Estes dados indicam que, em Pernambuco, as gestações de meninas com 15 a 19 anos representam uma parcela expressiva dos nascimentos notificados anualmente. Apesar de ter sido observado uma discreta tendência de redução ao longo da última década, os índices permanecem superiores à média nacional. Quanto à escolaridade, 97,6% das adolescentes não concluíram o ensino médio, revelando alto índice de evasão escolar, enquanto apenas 1,4% concluíram essa etapa. Em relação ao estado civil,



94% das gestantes eram solteiras, evidenciando predominância da gestação solo. **Conclusão:** tais achados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas entre saúde e educação, com foco na prevenção da gravidez precoce, no apoio psicossocial e na garantia da continuidade escolar das adolescentes, a fim de reduzir os impactos sociais, econômicos e de saúde decorrentes da maternidade precoce.

Palavras-chave: gravidez na adolescência; violência sexual; gestação solo.

ABSTRACT

Introduction: Adolescent pregnancy is a significant public health issue in Brazil, especially in the Northeast Region, where it is associated with factors such as social vulnerability, low educational attainment, and limited access to health services and reproductive planning.

Objective: This quantitative and retrospective study used data from the Live Birth Information System (SINASC) for the year 2024 in Pernambuco, focusing on adolescents aged 15 to 19 years. Variables such as educational level and marital status were analyzed.

Results and Discussion: A total of 13,480 cases of pregnancy were recorded in this age group, representing 16.4% of the total in the Northeast, with the highest prevalence observed in April. These data indicate that, in Pernambuco, pregnancies among girls aged 15 to 19 represent a significant share of births reported annually. Although a slight decreasing trend has been observed over the past decade, the rates remain higher than the national average.

Regarding education, 97.6% of adolescents did not complete high school, revealing a high dropout rate, while only 1.4% completed this stage. Concerning marital status, 94% of pregnant adolescents were single, highlighting the predominance of solo motherhood.

Conclusion: These findings reinforce the need for integrated public policies in health and education, focusing on the prevention of early pregnancy, psychosocial support, and ensuring school continuity for adolescents, in order to reduce the social, economic, and health impacts of early motherhood.

Keywords: adolescent pregnancy; sexual violence; solo motherhood.

1 INTRODUÇÃO

Adolescência é a etapa da vida entre a infância e a idade adulta, período em que ocorre uma série de modificações no desenvolvimento físico e psicossocial, em que muitas vezes coincide com o início da vida sexual (Almeida et al, 2021).

Neste período, de acordo com Ramalho; Frank; Martins (2023) a idade reprodutiva e as questões sexuais tornam-se mais evidentes e marcantes, na qual os indivíduos podem assumir comportamentos de risco sem estarem preparados para isto, e assim, contribuir para o aumento da suscetibilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) ou mesmo para uma gravidez indesejada, visto que a sexualidade está cada vez mais precoce na vida das adolescentes.

Silva et al (2024) relatam que uma gravidez indesejada e precoce, ainda na adolescência pode gerar não só vários riscos à saúde e à vida da mãe e do bebê, mas também



dificuldades psicossociais, principalmente pelo fato de a jovem ter de adiar ou anular sonhos pessoais e profissionais. Ressalta-se a extrema importância de ensinar aos jovens a se prevenir, mas se considera também de igual relevância orientá-los sobre o que se deve fazer quando a prevenção falhar.

Na maioria dos casos a gestação na adolescência é indesejada, o que sugere que ocorrem sob condições como: desinformação, falta de apoio de redes familiares e comunitárias e violência sexual (Costa e Freitas, 2020).

De acordo com Sales Silva et al (2024) a gestação precoce é um fenômeno que abrange diversas faces da experiência humana e está diretamente ligada ao contexto sociocultural, econômico e político, além das dimensões étnicas e raciais. Essa realidade exerce um impacto direto sobre a autoestima e a saúde mental das jovens adolescentes que ficam grávidas, podendo ocasionar riscos para elas e também para os recém-nascidos.

A prevenção da gravidez durante a adolescência, segundo Ferreira e Silva (2021) exige esforços dos distintos setores públicos responsáveis pela formulação e pela implementação de políticas públicas que têm como perspectiva central os direitos humanos, mas demanda também o envolvimento de todos os setores da sociedade civil.

Farias (2023) ainda ressalta que a prevenção da gravidez nessa etapa da vida deve envolver ações e intervenções promovidas no âmbito familiar da adolescente e jovem, considerando ainda a perspectiva dos seus territórios de vivência e as ofertas existentes em torno de serviços, ações e programas. Nesse sentido, a atuação das várias políticas públicas na promoção de ações de prevenção é necessária, sobretudo quando considerados os diferentes contextos em que a gravidez ocorre na adolescência.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a gravidez que ocorre entre 10 e 19 anos de idade, é tida como um grave problema de saúde pública no mundo. No Brasil não é diferente, especialmente em estados da Região Nordeste, como Pernambuco, no qual o número de casos de gestação precoce é bastante elevado entre as meninas de 15 a 19 anos, o que conjectura desigualdades sociais, baixa escolaridade, início precoce da vida sexual e fragilidade no acesso a serviços de saúde e planejamento reprodutivo.

Avelino; Araújo; Alves (2021) acrescentam que para que estes dados acima reduzam, faz-se necessário o planejamento e desenvolvimento de ações em saúde que possam interferir positivamente sobre essa realidade, tornando-se essencial estudar a prevenção da gravidez na adolescência a partir do olhar das próprias adolescentes com a intencionalidade de gerar reflexões acerca da temática, visando à obtenção de indicadores para iniciativas preventivas.



Com isto, reconhece-se o dever de propor ações que abranjam a adolescência em todas as diferentes áreas da saúde pública, no sentido de diminuir drasticamente esta situação de vulnerabilidade juvenil.

Atualmente esta situação continua sendo um desafio prioritário para a saúde pública no Brasil, que mesmo apresentando uma leve queda na última década, ainda é preocupante como aponta os dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), que destaca o Nordeste com os maiores índices de gravidez na adolescência.

A relevância desta pesquisa vai além dos riscos tocológicos para a mãe e para o recém-nascido, pois a gravidez nesta faixa etária pode comprometer a continuidade da escolarização, a inserção no mercado de trabalho e a autonomia social da adolescente. Nesse sentido, conhecer a dimensão deste dado em Pernambuco é fundamental para subsidiar políticas públicas eficazes.

Silva et al (2022) enfatizam que as adolescentes largam os estudos e apresentam mais dificuldade de inserção e permanência no mercado de trabalho, prolongando o tempo de dependência financeira familiar dessa jovem. Além de contribuir para os altos índices de mortalidade materna e infantil, sendo considerada um risco social e um grave problema de saúde pública devido, principalmente, a sua magnitude e amplitude, como também, aos problemas que dela derivam.

O objetivo desta pesquisa foi apontar o índice de adolescentes grávidas entre a faixa etária de 15 a 19 anos em Pernambuco – Nordeste Brasileiro – em 2024. Tendo como específicos: Conhecer o nível de escolaridade destas meninas e identificar seu estado civil.

2 METODOLOGIA

Foi realizado um estudo quantitativo e retrospectivo que consiste em uma pesquisa na qual os dados coletados se referem a eventos do passado (Santos, 2020).

Os dados foram obtidos do Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC) disponível no site do Ministério da Saúde com abrangência estadual.

Utilizou-se como indicador do status de saúde, a ocorrência da gravidez em meninas entre 15 a 19 anos registradas em Pernambuco em 2024 e como determinantes as variáveis: escolarização e estado civil.

As informações presentes nos instrumentos de coleta de dados foram organizados em tabelas nos quais constam valores absolutos, posteriormente discutidos à luz da literatura relativa à temática. O tratamento de dados em pesquisas, de acordo com Machado (2023)

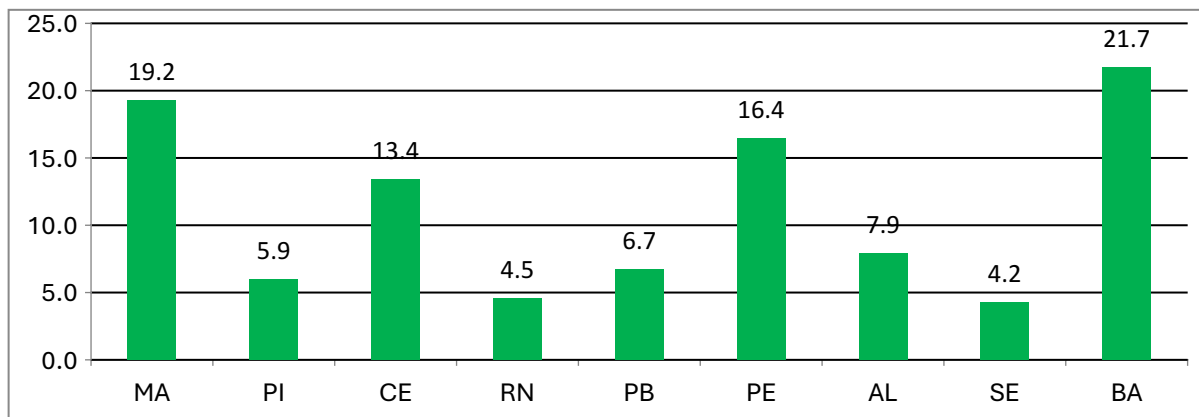


exerce um papel determinante no procedimento de coleta, análise e interpretação das informações, consiste na aplicabilidade de técnicas e instrumentos para ordenar e converter os dados brutos em informações úteis e relevantes.

A atual pesquisa, por coletar dados de domínio público, está isenta da submissão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por não reconhecer os participantes da pesquisa e não demandar de testes em seres humanos, garantindo a bioética da consulta de dados, conforme a resolução n. 466/2012 do Plenário do Conselho Nacional de Saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pernambuco registrou em 2024 13.480 casos de gravidez precoce com idade entre 15 a 19 anos, correspondendo a 16,4% do Nordeste Brasileiro, perdendo para Bahia com 17.797 (21,7%) casos registrados e Maranhão com 15.792 (19,2%) adolescentes grávidas. Os três Estados totalizam 57% de todos os casos do Nordeste (Figura 1 e Tabela 1).



Fonte: PMNV – SINASC (2025)

Figura 1 – Taxa de proporção de adolescentes grávidas entre 15 a 19 anos de idade no Nordeste Brasileiro em 2024.

O mês de Abril foi o que apontou maior ocorrência com 1.306 casos, correspondendo a 16,5%, enquanto que Dezembro foi o mês com menor quantidade, notificando 452 (16,1%) casos apenas. Isto se deve aos dados deste mês ser preliminar, podendo sofrer alteração até o final de 2025 (Tabela 1).



Tabela 1 – Taxa de proporção de gestação precoce com idade entre 15 a 19 anos em Pernambuco em comparação com os dados do Nordeste Brasileiro em 2024.

Mês	Nordeste	Pernambuco	Taxa de Proporção
Jan	7.287	1.203	16,5%
Fev	6.750	1.156	17,1%
Mar	7.753	1.244	16,0%
Abr	7.910	1.306	16,5%
Mai	7.890	1.265	16,0%
Jun	7.223	1.149	15,9%
Jul	7.407	1.153	15,6%
Ago	7.372	1.202	16,3%
Set	7.161	1.156	16,1%
Out	6.830	1.171	17,1%
Nov	5.687	1.023	18,0%
Dez	2.799	452	16,1%
Total	82.069	13.480	16,4%

Fonte: PMNV – SINASC (2025)

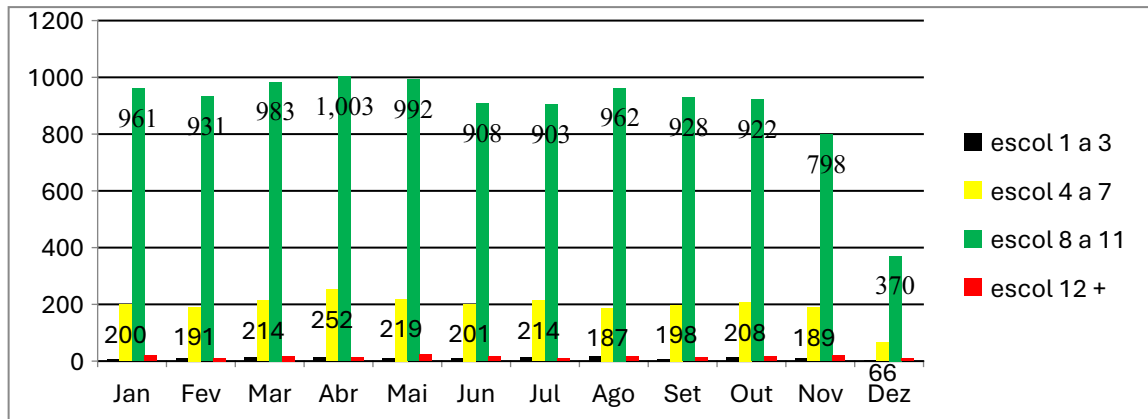
De acordo com os resultados, os dados levantados indicam que, em Pernambuco, as gestações de meninas com 15 a 19 anos representam uma parcela expressiva dos nascimentos notificados anualmente. Apesar de ter sido observado uma discreta tendência de redução ao longo da última década, os índices permanecem superiores à média nacional.

Em Pernambuco, de acordo com Aquino et al (2024) a persistência destes elevados casos está associada a contextos de pobreza, baixa escolaridade e fragilidade nas políticas de saúde sexual e reprodutiva.

Correia (2024) enfatiza que o abandono escolar, a vulnerabilidade econômica e a falta de visão de futuro profissional, bem como a falta de orientação sexual adequada e a escassez de programas de planejamento familiar tem colaborado para a condição de fragilidade social que as adolescentes vivenciam.

A análise da escolaridade entre adolescentes grávidas constitui um importante indicador social, pois evidencia como a gravidez precoce implica no abandono escolar.

Quanto à escolaridade destas adolescentes que frequentaram a escola entre 4 a 7 anos foram 2.339, perfazendo 17,6%. Enquanto que, as que estudaram de 8 a 11 anos foram 10.661, correspondendo a 80%. Ou seja, na atual pesquisa notificou-se que houve um alto índice de evasão escolar na qual 97,6% não completaram o ensino médio (Figura 2).



Fonte: PMNV – SINASC (2025)

Figura 2 – Dados da escolaridade registrados em Pernambuco no ano de 2024 entre adolescentes grávidas com 15 a 19 anos.

Estudos semelhantes realizados no Norte do Brasil por Rodrigues et al (2023), verificou que 59,2% (1.927) possuíam de 8 a 11 anos de estudo, 36,2% (1.176) de 4 a 7 anos, 1,8% (58) de 12 anos e/ou mais, dados correspondentes ao período de 2018 a 2019.

Estudos nacionais mostram que a maioria das adolescentes grávidas apresenta baixa escolarização, com interrupção ou abandono dos estudos após a gestação [Matos Bezerra e Matos (2022); Coelho, Junior, Tomaz (2023)].

Na pesquisa realizada a nível nacional pela Fiocruz (2021) referente aos anos de 2008 a 2019 mostrou que 57,5% das mães adolescentes de 15 a 19 anos possuíam entre 8 e 11 anos de estudo, ou seja, estavam no ciclo do ensino fundamental II ou médio, frequentemente sem concluí-los. Outros 34,3% apresentavam apenas 4 a 7 anos de estudo, refletindo abandono precoce da escola, enquanto apenas 2,4% alcançaram 12 anos ou mais de escolaridade, o que corresponde à conclusão do ensino médio.

No caso específico de Pernambuco, pesquisas como a de Paiva e Torres (2023) mostraram que cerca de 11% das adolescentes pernambucanas em idade escolar já haviam engravidado, percentual superior à média nacional. Esse fenômeno é mais frequente entre alunas de escolas públicas, refletindo desigualdades de acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva, bem como a métodos contraceptivos.

Além do impacto imediato, Correia (2024) menciona que a interrupção escolar reduz as perspectivas de inserção no mercado de trabalho, perpetuando o ciclo de pobreza e vulnerabilidade social. Portanto, compreender a relação entre escolaridade e gravidez na adolescência é fundamental para a formulação de políticas públicas que priorizem um apoio



psicopedagógico que estimule a continuidade dos estudos durante a gestação e após o parto, fazendo necessário a integração entre educação e saúde, por meio de iniciativas como o Programa Saúde na Escola (PSE), para oferecer informação, acolhimento e acesso a contraceptivos.

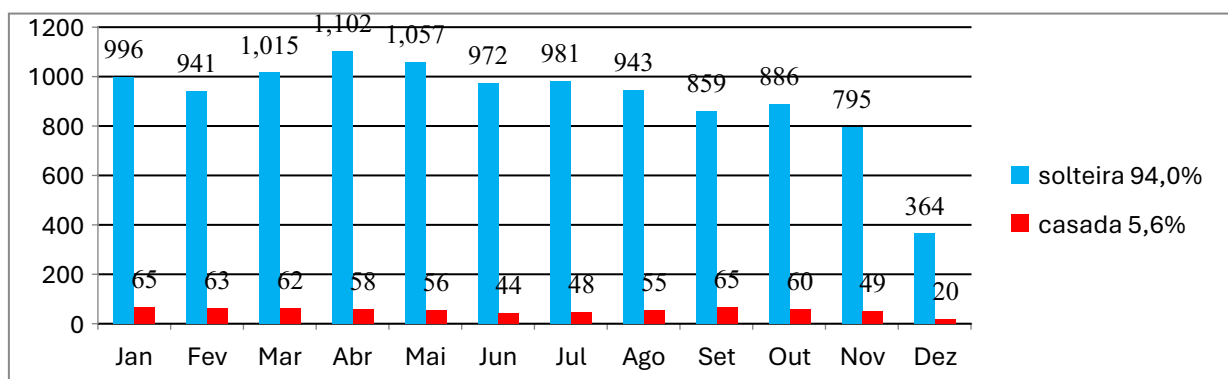
Na atual pesquisa, das 13.302 adolescentes que frequentaram alguma escola, 180 delas concluíram o ensino médio, abarcando 1,4%.

Dados similares foram encontrados no estudo de Rezende et al (2024) que em Pernambuco não houve nenhuma adolescente analfabeta e com nível superior, prevalecendo o nível fundamental com média de 98,51%.

A nível nacional, a proporção de adolescentes grávidas com mais de 12 anos de estudo é bastante reduzida. Segundo levantamento da Fiocruz/UNFPA (2023), apenas 2,4% das mães adolescentes de 15 a 19 anos haviam alcançado esse patamar de escolaridade. Isso significa que a imensa maioria das gestações ocorre em um cenário de escolarização incompleta (fundamental ou médio em curso).

Segundo Andrade et al (2022) a gravidez entre adolescentes com maior escolaridade tende a ser menos frequente, mas quando ocorre, pode estar associada a maior capital social e apoio familiar.

Em relação ao estado civil na atual pesquisa observou-se que das 11.556 adolescentes 10.911 (94%) eram solteiras e que apenas 645 (5,6%) eram casadas. Do total de gestantes em 2024 (13.480) 1.924 não informaram seu estado civil, perfazendo 16,6% (Figura 3).



Fonte: PMNV – SINASC (2025)

Figura 3 – Estado civil das adolescentes grávidas em Pernambuco com idade entre 15 a 19 anos em 2024.

O estado civil das mães adolescentes, conforme relata Correia (2025) impacta diretamente no acesso a políticas sociais (auxílios condicionados à composição familiar), rede



de apoio (dificuldade em dividir responsabilidades parentais) e dar continuidade aos estudos (maior abandono entre as solteiras).

Segundo levantamento do SINASC/DATASUS (2025) e estudos do UNFPA/Fiocruz no Brasil, a grande maioria das adolescentes grávidas não possui união formal legalizada. O mesmo padrão é observado no Estado de Pernambuco onde a maioria das adolescentes gestantes são solteiras.

Outro estudo realizado em Pernambuco por Pinho Xavier et al (2024) revelou que 72% das gestantes adolescentes eram solteiras. Esse padrão é consistente com outros Estados Nordestinos, onde a formalização do casamento entre adolescentes é rara.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado de Pernambuco apresentou alto índice de meninas gestantes entre 15 e 19 anos, sendo o terceiro maior do Nordeste Brasileiro em 2024.

O índice de escolaridade das adolescentes grávidas é bastante preocupante, pois os elevados números confirmam que o abandono escolar gera consequências negativas que irão persistir por toda sua vida adulta.

Em se tratando do estado civil foi constatado que as solteiras de destacam em grande número, confirmando se tratar de uma gestação solo, no qual a mãe assume sozinha os cuidados e sustento do recém-nascido, o que a torna suscetível a vulnerabilidade social e econômica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S.K.R.; OLIVEIRA, R.L.; SOUZA, L.A.C.F.; MACIEL, C.G.; BARROS, R.R.; QUARESMA, N.G.S.; NASCIMENTO PACHECO, C. As práticas educativas seus respectivos impactos na prevenção da gravidez na adolescência. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 3, p. 9787-9800, 2021.

ANDRADE, B.G.D.; ASSIS, C.A.D.; LIMA, D.C.D.M.; NEVES, L.F.; SILVA, L.A. D.; SILVA, R.C.D.; CHIESA, A.M. Apoio social e resiliência: um olhar sobre a maternidade na adolescência. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, p. eAPE03341, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO03341>

AQUINO, Á.N.; BRITO LEONEL, E.K., DE LIMA, D. S., DE SANTANA, J. V. C., NUNES, G. R., ALVES, B. L.; SILVA, J.M.C. Análise do perfil epidemiológico da gravidez na adolescência no estado de Pernambuco no período de 2018-2022. **Perspectivas Multidisciplinares Em Saúde: Práticas Integrativas Entre Brasil E Portugal, Vol 1.** 2024. DOI: 10.47094/978-65-6036-434-9



AVELINO, C.S.; ARAÚJO, E.C.A.; ALVES, L.L. Fatores de risco da gravidez na adolescência no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 9, p. 1426-1447, 2021.

COELHO, I. P. M., JUNIOR, J. R. M., & TOMAZ, E. D. S. M. . O papel das escolas na educação sexual e métodos de combater a gravidez na adolescência e a evasão escolar: estudo de caso nos municípios de Pinheiral (RJ) e volta Redonda (RJ). RECIMA21-**Revista Científica Multidisciplinar**-ISSN 2675-6218, v. 4, n. 8, p. e483832-e483832, 2023.

CORREIA, G.A.S. **Gravidez na adolescência e impactos na vida escolar: uma revisão sistemática**. São Cristóvão, 2024. Monografia (graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2024. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/21656>. Acesso em 18 de agosto de 2025.

COSTA, M.M.M.; FREITAS, M.V.P. Gravidez na adolescência: quem são os verdadeiros culpados?. **Revista sobre la infancia y la adolescencia**, n. 19, p. 62-78, 2020.

FARIAS, V.M.C. **Gravidez na adolescência: fatores, impactos e políticas públicas**. CCSA - TCC . Universidade Federal da Paraíba. 2023. [Internet]. [citado em 9 de julho de 2024]. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27191>

FERREIRA, E.V.; SILVA, F. O. **Educação e Saúde na Escola: abordagens pedagógicas da educação sexual nas escolas do ensino fundamental da rede pública da cidade do Recife, Pernambuco**. Editora Dialética, 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde. Rio de Janeiro: **Fiocruz/COC**, 2023. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/patrimonio-cultural/politica-de-preservacao-e-gestao-de-acervos>. Acesso em 10 de junho de 2025.

MACHADO, J.R.F. Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quali-quantitativo. **Devir Educação**, v. 7, n. 1, 2023.

MATOS BEZERRA, T.; MATOS, C.C. Impactos da gravidez na adolescência no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e39111528381-e39111528381, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28381>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)**. Brasília. 2024. [acesso em 5 de maio de 2024] Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/cgiae/sinasc/>.

PINHO XAVIER, A.; MACHADO LIMA, M. V.; MADALENA NASCIMENTO, R.; KUANNE ALMEIDA, W.; SILVA FELÍCIO, I. Gravidez na adolescência: perfil sociodemográfico da região nordeste brasileira no período 2019-2022. **Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)**, v. 17, n. 5, 2024.

PAIVA, D.L.; TORRES, R.A.M. Fatores de insegurança para adolescentes escolares: promovendo uma cultura de cuidado. **Ensino em Perspectivas**, v. 1, pág. 1-18, 2023.



RAMALHO, A.M.; FRANK, C.J.M.S.; MARTINS, V.S.M. Adolescência: mudanças, desafios e educação sexual. **Revista Científica Educ@ção**, v. 8, n. 13, 2023.

LUIZA, R.G.R. et al. Gravidez na adolescência: a importância da educação em saúde. **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 16, 2024. DOI: 10.36692/V16N2-7R. Disponível em: <https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/1714..>

RODRIGUES, A.L.; LIMA ARAÚJO, B.E.C.; OLIVEIRA PAES, G.A.; SOUSA BORGES, J.S.; VILELA, A.A.; SANTOS, L.A.J.; SANTOS, P.M. Mães adolescentes: perfil sociodemográfico e clínico de casos notificados em um município do Norte do Brasil. **Revista Sustinere**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 234–250, 2023. DOI: 10.12957/sustinere.2023.63573.

SALES SILVA, L.S.; SANTOS, E.M.S.; ESTEVAM, M.K.D.; MAGALHÃES, J.G.; JUNIOR, C.R.B.; COSTA MACENA, L.F.; COSTA, I.C.F. Gravidez na adolescência no Brasil: Determinantes sociais, culturais e econômicos. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 7, p. 778-791, 2024.

SANTOS, L.C. **Como elaborar projeto de pesquisa, artigo técnico-científico e monografia**. Editora Dialética, 2020.123p.

SILVA, D.L.V.; QUENTAL, O.B.; BRAGA, T.R.O.; SILVA, M.L. Gravidez na adolescência: complexidade nos campos sociais e da saúde. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, p. 1-7, 2022.

SILVA, G.G.; NOVAES, P.L.R.; OLIVEIRA, A.L.A.; NASCIMENTO, G.R. Gravidez na adolescência: o papel da Atenção Primária à Saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 5, p. e15958-e15958, 2024.